

Comunicação Pública

Vol.13 nº 24 | 2018
Número não temático

Ecossistema de coerção dos *media*: Contributo do salazarismo e acção jornalística

Ecosystem of media coercion: Contribution of 'salazarism' and journalistic action

Orlando César



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cp/2239>

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 Junho 2018.

Ecossistema de coerção dos *media*: Contributo do salazarismo e acção jornalística

Ecosystem of media coercion: Contribution of 'salazarism' and journalistic action

Orlando César

NOTA DO EDITOR

Recebido: 1 maio 2017

Aceite para publicação: 29 novembro 2017

NOTA DO AUTOR

Ao abrigo do artº 21º da Constituição da República Portuguesa (Direito de resistência), o autor rejeita a grafia da última reforma ortográfica.

- 1 O conhecimento é uma categoria essencial a observar quando se equaciona os efeitos da censura. Sem liberdade de expressão e de imprensa o conhecimento não adquire a inteira dimensão que lhe confere sentido.
- 2 O artigo analisa a criação do ecossistema de coerção dos *media* montado pelo salazarismo, mediante o qual foi construída uma realidade fictícia, e, em oposição, a acção jornalística do semanário *Notícias da Amadora*¹ até ao 25 de Abril de 1974. O jornal assumiu a finalidade de se bater pela liberdade de expressão e de imprensa, e de inscrever uma agenda própria que revelasse factos, acontecimentos e ideias.
- 3 Pretende-se compreender os efeitos do sistema de coerção do salazarismo, à luz do conceito de economia de censura, e o papel de uma equipa jornalística que mediante a sua práxis intentava, em convergência com fontes e leitores, aumentar o conhecimento na esfera pública; equacionar a dialéctica estabelecida entre o fenómeno estrutural da

economia de censura e a acção racional do jornal desenvolvida contra a censura. Em vez de se conformar à apatia da elite jornalística, o jornal intentou contrariar a acção censória de ocultar informação e assim obter para os seus leitores ganhos de conhecimento, tanto em temas como em diversidade de fontes.

- 4 Na origem deste artigo está o estudo desenvolvido para a tese de doutoramento em Sociologia, apresentada e defendida em 2012, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (César, 2012), que foi antecedido por uma pesquisa ao *corpus* de provas censuradas². A investigação adoptou a observação participante, que, no caso, foi também deferida ou revivescente, e que se baseou na possibilidade de usar os mesmos métodos na “análise de textos mediáticos”, admitida por Berger (2000: 170). O estudo de caso ao *Notícias da Amadora* tem uma natureza eminentemente interpretativa e qualitativa.
- 5 A interpretação dos textos produzidos por jornalistas e colaboradores do *Notícias da Amadora*, tomados como correspondentes a comportamentos, a modos de proceder, serviu também a linha de análise de um artigo cujo objectivo visava identificar se existia convergência entre o agir comunicacional do *Notícias da Amadora* e as ideias e os ideais em que se estruturou o Neo-Realismo³.
- 6 O presente artigo baseia-se nas dimensões estudadas no decurso dessas diferentes pesquisas e nas suas fontes. Do ponto de vista da estruturação, aborda o ecossistema da coerção, a ordem informativa do salazarismo, nomeadamente o efeito hegemónico da economia de censura, a internalização da censura por parte dos *media* e dos jornalistas, e a acção jornalística do *Notícias da Amadora* nas suas diferentes estratégias de confronto com a censura, incluindo a publicação de textos e fotografias não submetidos a exame prévio (ver caixa).

1. “O ecossistema de coerção”

O censor deve estar convencido que cada palavra de uma obra contém uma alusão pérfida. Quando ele conseguir descobrir a alusão, cortará a frase. Quando não descobrir, cortará também, pois as alusões melhor dissimuladas são as mais perigosas⁴.

José Carlos de Vasconcelos (1972: 16)

- 7 As raízes do ecossistema de coerção eram profundas e remotas. José Cardoso Pires (1999) estimava em 1972 que Portugal carregava “420 anos de censura em cinco séculos de imprensa” (p. 163)⁵. Foi nessa herança ancestral que o salazarismo fundou o sistema coercitivo que estruturou e implantou durante a longa ditadura.
- 8 O conjunto de relações de interdependência foi edificado ao longo de toda a vigência do regime e alicerçava-se em três pilares: polícias (PVDE, PIDE, DGS, PSP e órgãos administrativos), propaganda (SNP, SNI, SEIT e organismos regionais)⁶ e censura (autocensura, censura prévia e censura repressiva) – os quais eram tutelados por uma única autoridade, o Presidente do Conselho de Ministros.
- 9 Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, atribuía importância estratégica ao controlo de uma autoridade única para dirigir e planear as acções. Percepcionava a política informativa como “uma arma de guerra”, cujo objectivo era “fazer a guerra e não dar informação” (Doob, 1950: 431). Propaganda e censura eram instrumentos usados em simultâneo⁷.

- 10 A assunção de um estado de guerra constituiu opção do salazarismo para justificar a sua ordem informativa. Para Salazar, a censura era necessária como “arma legítima” para combater o imperialismo ideológico do comunismo e como instrumento de controlo da formação da opinião pública⁸. A guerra era travada contra um inimigo interno, acusado de estar a soldo de forças estrangeiras, e cujo foco, inscrito na sua evolução histórica, se deslocou desde a “cortina de ferro” até aos “terroristas” que fustigavam o colonialismo em África.
- 11 Para atenuar o “trabalho da censura”, Salazar fez em 1932 um anúncio e apresentou uma sugestão. O primeiro consistiu na criação de “um gabinete de informação a que os jornais [podiam] recorrer” e que disseminaria a propaganda do Governo. A sugestão residiu na criação de uma Ordem dos Jornalistas. Pretendia que o designado “papel moralizador da censura [passasse] a ser desempenhado pelos próprios jornalistas e dentro da sua classe” (Ferro, 2003: 31-46).
- 12 Na entrevista de 1938, o ditador legitimou a censura, a sua polícia do espírito. Reforçou a tónica do combate à doutrina subversiva e ocupou-se também da opinião pública. A censura foi apresentada como “necessidade de defesa nacional e social”, uma “legítima defesa” dos Estados livres “contra a grande desorientação do pensamento moderno” e uma “arma legítima” contra “o imperialismo ideológico do comunismo” (Ferro, 2003: 149-193).
- 13 Em declarações à imprensa⁹, em 1961, Salazar mostrava confiança em relação aos resultados obtidos pelas pressões exercidas pela ditadura com o intuito de assegurar a autocensura. Dizia o ditador: “Hoje os nossos jornalistas não precisam de censura porque acatam não apenas nos termos da lei mas segundo uma ética de comedimento e de equilíbrio como convém ao interesse nacional” (Pires, 1999: 173).
- 14 Para atingir esse grau de controlo político e social, o salazarismo moldou um ecossistema de coerção dos *media* para adaptar a produção do conhecimento ao seu objectivo imediato e mediato, traduzido na conformação da cognição dos públicos aos estímulos do poder.
- 15 Equacionar a questão em termos de ecossistema, tomando o termo por empréstimo às ciências naturais, serve para compreender um sistema que é composto por atores sociais, pelo local onde atuam e por todas as suas relações com o meio e entre si – isto é, o conjunto de interacções e relações de interdependência que são reguladas por condições sociais, políticas, culturais e tecnológicas, que se estabelecem no campo dos *media* e em conexão com outros campos.
- 16 O ecossistema coercitivo dos *media* reporta-se a situações e contextos de repressão da liberdade de informação e da expressão do pensamento e, também, de condicionamento da formação da opinião pública e da percepção da realidade; circunstâncias que constroem as interacções dos atores sociais e hipotecam a livre expressão.
- 17 Além dos três pilares da coerção, o sistema de controlo social dos jornalistas e dos *media* dispunha de inúmeros instrumentos que convergiam para exercer o domínio do campo. Uma teia fina, complexa e vasta foi edificada com o concurso de instrumentos legislativos, jurídicos, administrativos, policiais e políticos.
- 18 A Presidência do Conselho de Ministros ocupava o topo da pirâmide, onde se sentava Salazar. A instituição da censura tinha extensões em múltiplas instituições do Estado, que asseguravam a coerção política, económica, cultural, judicial e policial.

- 19 O controlo social incidia sobre o exercício da profissão de jornalista, a criação de empresas e jornais, assim como sobre a escolha de proprietários e directores. Mas também estendia a sua acção hegemónica às corporações de enquadramento, à formação das receitas e dos recursos, aos mecanismos de propaganda, à determinação dos crimes e punições e aos instrumentos de eficiência repressiva. A censura era estrutural e absoluta, dispondo de um corpo executivo para o ofício censório que veio a ser integrado na estrutura de cúpula da propaganda.
- 20 O título profissional de jornalista estava sujeito a visto de polícia, enquanto a distribuição da publicidade do Estado e a regulação do consumo de papel constituíam instrumentos do controlo político-administrativo da imprensa, cuja atribuição dependia da classificação ideológica atribuída aos meios e do cumprimento de normas jurídicas e administrativas (César, 2012: 115-117).
- 21 O conjunto de instrumentos e normas objectivavam a estruturação de todos os procedimentos de controlo social, os quais interagiam entre si para regular a expressão do pensamento e dessa forma potenciar os seus efeitos sobre a comunicação. Confluíam neste propósito a ausência de liberdades, a regulação maximizada do campo da comunicação social e a censura, todas geradoras de um ambiente que pode corresponder ao “conceito amplo de censura” (Machado, 2002: 501). O regime de Salazar e Caetano não se cingia a exercer censura prévia: gerou uma sociedade censurada, povoada de silêncio e medos.
- 22 O ditador “empenhou-se em fazer da Censura uma sintaxe do pensamento colectivo, uma autêntica profilaxia do Estado que não visava apenas a controlar mas a criar formas de mentalidade adaptadas ao Poder” (Pires, 1999: 163).

2. A ordem informativa do salazarismo

Todo o escritor português marginalizado sofre biograficamente do que posso denominar complexo do *iceberg*: um terço visível, dois terços debaixo de água”.

“(…) a parte submersa pelas circunstâncias [~~que nos impediram de exprimir o que pensamos, de participar na vida pública,~~]¹⁰ é um peso (quase morto) que dia a dia nos puxa para o fundo. Entretanto, a linha de flutuação vai subindo e a parte que se vê diminui proporcionalmente

Carlos de Oliveira¹¹

- 23 A natureza do salazarismo era a sociedade incivil, uma sociedade desapossada do espaço público que lhe outorgasse voz e objectivasse a sociedade civil (César, 2012: 107). O contexto societário e o sistema de ditadura são geradores de incivilidade; conceito que se presta a diversas abordagens, mas que é usado para aludir à sociedade tornada incivil pela derrogação de direitos, liberdades e garantias.
- 24 Há no despotismo salazarista traços de um patrimonialismo tardio ou de um patrimonialismo reconfigurado com o propósito de legitimar a ditadura. O processo de construção do poder pessoal de Salazar radica na dicotomia de mando e obediência e numa arquitectura discursiva em que fundiu o indivíduo, a nacionalidade, o interesse nacional e a propaganda.
- 25 Há uma habilidade intrínseca em duas expressões de Salazar sobre o enlace entre propaganda e censura: o da função que dissemina e o daquela que oculta. Na inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), em 1933, o ditador afirmou: “Politicamente só existe o que o público sabe que existe” (Salazar, 1961: 263). Em 1938,

repetiu ideia similar, na posse das novas comissões da União Nacional. Afirmou que o país não compreendia muito bem como é que a ordem parecia estar sempre em crise, quando não o estava, para acrescentar: “A verdade porém é que politicamente tudo o que parece é” (Salazar, 1959: 25-38).

- 26 A afirmação de 1933 concitava à necessidade de informar ou disseminar, enquanto a de 1938 recomendava o combate àquelas realidades políticas, contra as quais “se tem de governar”. O espírito do salazarismo tem implícita a ambivalência da propaganda e da censura que convergiam para criar “imagens mentais” – na expressão de Lippmann –, quer por inscrição, no caso da primeira, quer por desinscrição, no caso da segunda.
- 27 A censura é a mensagem que controla a escala e a forma de acção. Toma-se como referente o conceito de que “o meio é a mensagem” (McLuhan, 2008: 21) e que a sua dimensão se revela determinante no processo de comunicação. A censura, enquanto estrutura, é performativa da conduta profissional individual e colectiva e projecta o sentimento de alerta, a consciência de perigo ou de ameaça. Nas interacções sociais, a censura fortalece-se com outro conteúdo: o medo da punição, o medo do corte, o medo da represália.
- 28 O aparato constituído para impor a censura como mensagem torna-se no factor de geração da economia de censura – conceito que se funda na economia da dominação de Gramsci e na economia do terror de Hermínio Martins (César, 2012: 158). A economia de censura é perspectivada numa dupla função: a da estratificação do acesso à informação e a de regulação censória (auto-regulação e co-regulação), cujo efeito visa assegurar a participação dos jornalistas e dos *media* nos actos censórios.
- 29 A dupla perspectiva de coerção e consenso formulada por Antonio Gramsci garantia a economia da dominação (César, 2012: 133), que tanto impunha a hegemonia pela força como através do consenso. Enquanto prevalecesse o consenso, a coerção mantinha-se latente. Mas, em simultâneo, era estruturante da força coercitiva que assegurava a hegemonia das ideias e cultura oficiais.
- 30 A polícia do espírito exercia uma repressão semelhante à da polícia do corpo. E, se Martins fala em “campo da economia do terror” (1998: 45) ao referir-se ao efeito potenciado pelo aparelho repressivo para inculcar o medo de existir, pode-se igualmente falar com substância em campo da economia de censura. Inculcava tanto o medo de informar como o de informar-se (César, 2012: 158).
- 31 Martins refere-se a um “coeficiente óptimo de terror” imposto pela ditadura e exercido sobre a totalidade da população, sem que fosse necessário “recorrer a um extermínio em larga escala, mas evidenciando e propagandeando ao máximo, com crueldade, a realidade desta situação”. Com isso alcançou “um resultado óptimo” e assegurou “a paralisia da oposição da elite” (1998: 45).
- 32 O mesmo tipo de atomização política foi obtido no campo da comunicação social com um “resultado óptimo” e a paralisia profissional da elite jornalística. A sua acção não se limitava às empresas e às redacções; atingia também as fontes. A economia de censura produzia ainda outros dois efeitos: um traduzia o nível da apropriação do valor informativo por parte da censura, o outro dizia respeito à função do serviço censório oficial, que não era negar a produção noticiosa dos acontecimentos, mas sim impedir que a sua divulgação fosse concretizada junto dos leitores (César, 2012: 159).
- 33 A economia de censura e os conceitos incorporados, como o da ‘apropriação’ (acumulação) do valor informativo por parte da censura, não constituía o objectivo, mas a

resultante (benefício secundário) da sua missão: impedir a divulgação de certos acontecimentos. Mas tinham igualmente efeito na produção de notícias, diminuindo o volume de informação disponível, quer para edição (a ordem do que não era noticiável) quer para impressão (as notícias cortadas).

- 34 A economia de censura gerava uma certa convergência de interesses (maior eficiência conjunta) entre os serviços de censura e os donos dos jornais. A diminuição da produção informativa sujeita a cortes traduzia-se em menos custos para os serviços de censura e menos custos para os jornais. O processo de co-regulação censória atenuava o custo suplementar de censura no processo produtivo, equivalente às horas de trabalho jornalístico, tipográfico e de estafetas e ao uso de maquinaria desperdiçados.
- 35 O custo financeiro da censura contabilizava ainda o custo de produção suplementar para suprir os cortes (a margem de carência de produto jornalístico). Expressa-se pela relação entre os cortes e o produto inicial (a taxa de censura); fenómenos que tinham implicações na gestão e na actividade das empresas.
- 36 Na ordem informativa do salazarismo, a polícia de espírito e a polícia política, como forças de coerção, eram elementos constituintes da propaganda, da narrativa política e da fabricação da agenda que organizavam o consenso. Mas esses mecanismos de coerção e consenso não estavam polarizados apenas em instituições específicas e em campos exclusivos; replicavam-se em diferentes instâncias e em diferentes níveis e círculos para assegurar a reprodução das relações sociais.
- 37 O acervo normativo da ditadura¹² configurava a cartografia do aparelho coercitivo. Além do controlo sobre a expressão do pensamento e a liberdade de informação, intentava garantir a colaboração de jornalistas e proprietários dos *media*, mediante coerção económica e policial. Tratava-se de doutrinação instrumental e visava a socialização da subjectividade, na perspectiva do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1989, 2005, 2006; e Wacquant, 2004). Os seus primeiros destinatários eram os censores, mas também se dirigia aos directores dos jornais e aos jornalistas, como incorporação de uma prática corrente.
- 38 A ordem informativa do salazarismo cumpria a dupla função de vigilância e de doutrinação. Regulava as relações sociais e as relações interpessoais. Projectava os mecanismos de auto e heterocensura na vida quotidiana.

3. Internalização da censura

É vulgar o diálogo que se segue. Não é de todos os dias. É de todas as horas, entre o chefe de redacção e qualquer repórter ou redactor:

— Não ponhas isto que a Censura corta.

— Mas eu estive lá e vi: e o caso passou-se assim.

— Seja o que for. O jornal é para sair e não quero complicações com a censura.

(...) O que a Censura não corta é, assim, amputação muito mais importante e violenta para o pensamento português, para a informação do público português, do que aquilo que a Censura corta.

Raul Rego (1969: 164)

- 39 A polícia do espírito exercia uma repressão semelhante à da polícia do corpo. Mas com uma agravante: em relação à polícia política e a outras polícias tinha-se a consciência da ameaça e do medo que suscitavam, enquanto o “policiamento” censório (Ferro, 2003: 34), como Salazar o designou, foi incorporado e era partilhado com os censores. Tudo

convergia para internalizar a censura nas redacções, a exemplo do que acontecia na rádio e na televisão, onde o exercício censório era desempenhado por funcionários das empresas.

- 40 Uma abordagem às implicações e efeitos do conceito de economia de censura pode ser equacionado não só pelo seu resultado, mas também na sua função operativa geradora de um processo de regulação censória que envolvia censores e censurados (auto-regulação e co-regulação). Ocorria num fluxo de dois passos: no primeiro, o que influía era o custo dos cortes para a empresa (ao nível da produção e da captação de receitas); e, no segundo, o mecanismo da autocensura.
- 41 As evidências demonstram que a censura colaborava nos *media* e era parte das redacções, com um grau de internalização que variava de acordo com o paralelismo político (Hallin, 2010) dos *media* em relação à ditadura. Esse mapeamento teve início nos anos 30 e perdeu até ao derrube da ditadura.
- 42 Uma circular da censura datada de 1932 (Costa Dias, 2006: 57) mandou proceder ao cadastro dos jornais de acordo com três tipologias: “apoiam a situação”, “hostilizam a situação” e “indiferentes”. Por seu turno, o SPN elaborou dois relatórios, datados de 1933 e 1934 (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: 56-72), nos quais se mapeava a atitude dos jornais em relação à ditadura, de acordo com a seguinte classificação: “situacionistas”, “simpatizantes”, “neutros” e “anti-situacionistas”.
- 43 Na óptica de “uma útil colaboração”, as directivas e instruções da censura estatuíam, desde 1928, que o corte não devia ser tomado como “uma punição”. O ato censório constituía, “frequentemente, uma indicação para o jornal”. A ditadura concedia, de resto, o “direito de opção”. O jornal acatava a instrução ou optava pelo “mal maior: o corte extenso” (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: 49-52).
- 44 Em 1969, após deslocação às delegações de censura do continente por incumbência do Governo de Caetano, o director dos Serviços de Censura preconizou “contactos, conversas constantes e demoradas com os jornalistas”, com o objectivo de “obter uma colaboração e procurar dar aos jornais uma orientação que [permitisse] evitar demasiados cortes” (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: 225-232). A pretensão de Marcelo Caetano era a de estabelecer um compromisso com os proprietários dos meios; em suma, privatizar a censura. Pretendia que eles assumissem essa responsabilidade e substituíssem a censura oficial, propiciando as condições para a promulgação da lei de imprensa.
- 45 A censura dava instruções, colaborava na orientação editorial e tinha acesso aos *media*, quer através de artigos fornecidos pela propaganda e publicados voluntariamente, quer através das notas oficiosas cuja publicação era imposta. A censura constituía uma estrutura invisível de direcção e controlo social das redacções. Tinha um papel fulcral no estabelecimento da agenda, avaliava e seleccionava os acontecimentos e os elementos noticiosos que entravam na composição da informação jornalística. Também determinava onde e com que valor noticioso os relatos sobre os acontecimentos se inscreviam no corpo do jornal.
- 46 O controlo da censura envolvia várias organizações e visava construir uma realidade adaptada à propaganda política da ditadura. O órgão de enlace era o Conselho de Imprensa, criado em 1944 no âmbito do SNI, onde os directores dos jornais diários passaram a ter assento, por direito próprio e obrigação, tal como o director dos Serviços de Censura e o chefe da repartição da Informação. Cabia-lhe “assegurar o contacto entre os jornais e o Estado” para a sua elucidação “acerca do pensamento governativo”¹³.

- 47 Quando Caetano substituiu Salazar, em 1968, não abdicou do Conselho de Imprensa e criou ainda um órgão de cúpula, o Conselho Nacional da Informação, que se pronunciava sobre “as questões de interesse para a informação pública”, emitia pareceres, formulava sugestões e coordenava todos os departamentos oficiais em matéria de informação.
- 48 A estrutura de manufacturação da realidade residia em rotinas quotidianas, que asseguravam que os meios e os jornalistas desempenhavam o papel de “duplo fictício” do público e do poder (Quéré, 1982: 164) – conceito que implica dois termos mediante “uma série de simulacros fundados numa série de identificações fictícias”. Mas essa duplicação não se apresenta simétrica. No relato, o poder é, simultaneamente, o objecto referencial e um dos sujeitos enunciadores, enquanto o público é o destinatário da narração.
- 49 O Conselho de Imprensa era a primeira instância de transmissão do “pensamento governativo”, a que se seguiam os contactos diários com as redacções para elucidar o que devia e o que não podia ter tratamento noticioso. A partir desses fragmentos, os meios e os jornalistas construíam “um discurso político, de carácter estratégico”, como designa Cornu, que dava “‘visibilidade’ ao poder” e falava em vez dele. A censura encenava com antecedência a actualidade ritual, a “actividade das grandes instituições, em especial da política” (1999: 280), e censurava previamente a actualidade imprevista.
- 50 No estudo à censura do salazarismo no *Jornal de Notícias*, Isabel Forte sustentou que os censores não se limitavam a obstar à acção jornalística; impunham a agenda. Embora também o fizessem por escrito, através de circulares ou por telex, “era regra geral e diária o censor ligar para o jornal, normalmente para o chefe de redacção, relatando-lhe as ordens de censura para aquele dia” (Forte, 2000: 69). Mas também César Príncipe (1994: 21), jornalista do *Jornal de Notícias*, testemunhou “o dia-a-dia e o noite-a-noite das ordens dos coronéis pelo telefone”, a transmitir o que tinha sido cortado nos telexes das agências noticiosas, entre 1967 e 1974.
- 51 Raul Rego, na tese que apresentou em 1969 ao II Congresso Republicano de Aveiro, afirmou que ouviu a censura dar ordens para a redacção. O censor insistia que as notícias do “Congresso de Aveiro, antes da sua abertura, só podem sair a uma coluna e não na primeira página” (Rego, 1969: 176).
- 52 Rego estimou também o custo da censura. “Um artigo cortado, de três colunas, daria um prejuízo ao jornal de 750 escudos”. Mas fez um outro cálculo: “Entre tempo perdido pelo pessoal, dispêndio de material, incluindo os carros que vão e vêm da censura, telefonemas que não mais acabam, perda dos correios, tudo isso [custará] uns dois contos e meio por dia. Isso perfará mais de novecentos contos anuais” (Rego, 1969: 174-175).
- 53 Também no *Jornal de Notícias* esses “cortes consecutivos da censura provocavam prejuízos incalculáveis” ao jornal, o que levava “os jornalistas [a matutarem] no tempo que os artigos iam perder na comissão [de censura] e iniciavam, eles próprios, o corte de frases ou de termos que sabiam que os censores podiam mutilar. Começaram, então, a exercer a autocensura” (Forte, 2000: 21).
- 54 Em 2003, Helena Ângelo Veríssimo apresentou provas sobre a colaboração entre a Direção dos Serviços de Censura e o Sindicato Nacional dos Jornalistas. Mas aludiu também à colaboração solicitada aos directores dos jornais para participarem na tarefa de censura e evitarem prejuízos e incómodos.
- 55 Manuela de Azevedo foi mais acutilante nas críticas aos jornalistas, em tese que apresentou em 1969 ao II Congresso Republicano de Aveiro. A jornalista escreveu que a imprensa não era “o farol da verdade e de ideais” (Azevedo, 1969: 111-117). Distinguiu

diferentes tipos de jornalista, um que era “independente ou adversário do regime” e outro que era “mal formado e ainda pior informado”. Este acomodara-se, “até porque, não podendo servir-se da informação, se desinteressou de a obter”.

- 56 Existia também o jornalista “politicamente interesseiro, seduzido pelo poder”, que “aceitaria posições de compromisso” e que entraria na “diabólica máquina de propaganda”. Os que se mostrassem “mais fiéis à rede dos interesses instalados por devoção ou por seus cargos políticos” ascendiam aos “postos chave da Imprensa”.

4. “A acção jornalística do *Notícias da Amadora* [1958-2006] e a censura”

(...) na imprensa, onde, além da infiltração na maior parte dos jornais diários, os sociais-comunistas dispunham de alguns semanários de certa expansão, sobretudo o *Notícias da Amadora*.

Para fazer face a toda esta onda de subversão o Governo agia praticamente sozinho.

Era forçoso reprimir.

Marcelo Caetano (1974: 93)

- 57 Esbocei, em síntese, o contributo do salazarismo para a criação de um ecossistema de coerção dos *media*, mediante o qual foi construída uma realidade fictícia que se projectou até aos nossos dias e que é ainda incorporada por muitos.
- 58 Abordarei agora uma outra realidade: a acção jornalística de um jornal que se encontrava entre os que eram “pertinazmente inimigos” da ditadura¹⁴. O papel desempenhado pelo *Notícias da Amadora* entre 1958 e 1974, durante a ditadura, pode ser analisado no contexto da teoria da prática de Pierre Bourdieu, integrando as abordagens e contributos ulteriores de Craig Calhoun, Loïc Wacquant ou Nicos Mouzelis.
- 59 Concorreram para as práticas no jornal os contributos sucessivos levados por todos os que se envolveram no projecto editorial. Foi um processo sucessivo, intenso e extenso, que gerou o *habitus*, um sistema de disposições que orientou a percepção da redacção do jornal e sua acção no campo em que se inscrevia e face aos campos da coerção.
- 60 Era uma acção que exprimia tensões, também *intra-habitus*, mas que gerou uma dinâmica de confrontação, assumida na sua dialéctica. O *habitus* evoluiu como resultado da interacção desenvolvida com fontes e leitores, mas também com as estruturas do aparelho coercitivo. Tratou-se de um processo generativo do *habitus*, que incorporou conhecimento e transformou a experiência em disposições para tipos de acção específicos; circunstâncias que conduziram a modos de agir mais reflexivos e a adoptar estratégias racionais, que Bourdieu designou como “efeito D. Quixote”.
- 61 A atitude quixotesca era assumida pelo jornal. O *Notícias da Amadora* constituiu um de “dois casos notáveis da imprensa ‘de resistência’” à ditadura (Paquete de Oliveira, 1988: 184; de acordo com um inquérito de 1973 elaborado pelo sociólogo¹⁵).
- 62 O jornal enfrentou a censura e a ditadura. Nele iniciei a minha carreira profissional de jornalista, vivi essa experiência e fui um observador dos métodos usados pelos censores. Mais recentemente investiguei o arquivo de provas de censura do *Notícias da Amadora* para tornar público o quadro da coerção (César, 2001-2004) e para o estudar no âmbito da tese de doutoramento em Sociologia que apresentei, na qual concluo que esta publicação se assumiu “como um jornal de oposição ao salazarismo” e que “a sua linha editorial era

marcada por uma clara diferenciação em relação à agenda dos poderes políticos e económicos” (César, 2012: 293).

- 63 A acção do jornal tinha por objectivo a mudança social e integrava-se no programa mais vasto da oposição. Privilegiava também as relações estabelecidas com as fontes de informação e com os leitores. Embora o seu agir comunicacional motivasse mais cortes, proporcionou mais informação, colocou mais temas em agenda, gerou mais debate e ampliou o espaço social da diferença.
- 64 A superação do medo, face às ameaças e prisões, e a disposição de suportar os custos da censura faziam com que o *Notícias da Amadora* resistisse à coerção da polícia política e da polícia de espírito e que não se submetesse às disposições e imposições da selecção oficial de acontecimentos.
- 65 O arquivo do *Notícias da Amadora* é constituído por cerca de três mil provas de censura; peças jornalísticas e colaborações de diferentes géneros que sofreram diversos tipos de mutilações. As provas documentam os recursos da acção do jornal, designadamente face às provas suspensas e àquelas que eram cortadas na íntegra. A correspondência trocada entre o jornal e a Direcção dos Serviços de Censura corrobora as diferentes estratégias adoptadas, quer de enfrentamento quer de desobediência, que incluíam a publicação de textos não visados, o incumprimento de cortes e a substituição do director sem autorização.
- 66 Orlando Gonçalves assumiu, em 1963, a responsabilidade pela propriedade, edição e direcção do *Notícias da Amadora*. Todavia, a PIDE (consultada pela censura) rejeitou a titularidade e o exercício dos cargos por ser “adversário do Estado Novo” (1946) ou “elemento de tendências comunistas, não dando garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado” (1964)¹⁶. Gonçalves solicitou autorização para assumir o cargo de director em 1964, 1967, 1968 (na sequência da posse de Marcelo Caetano), 1969 e 1970, o que lhe foi sempre negado¹⁷.
- 67 Em 1973, o jornal funcionou num registo anormal em 35 das 52 edições do ano, abarcando os períodos que vão do 3.º Congresso da Oposição Democrática até às eleições legislativas de Outubro. À revelia da ditadura, o jornal noticiou que foi nomeado “Orlando Gonçalves, que há dez anos vinha efectivamente exercendo essas funções”¹⁸. A ruptura assumida pelo jornal acabou por ser proibida e passou a figurar como director Sérgio Ribeiro, mais tarde também recusado. Finalmente, Carlos Carvalhas foi aprovado como director. A desobediência passou sem qualquer sanção, mas a 18 de Abril de 1974 a redacção e as oficinas gráficas do jornal foram alvo de busca pela PIDE/DGS, que apreendeu numeroso material e prendeu Orlando Gonçalves e Sérgio Ribeiro.
- 68 A ideologia do *Notícias da Amadora* pode ser caracterizada pela designação de jornalismo de causa ou causas, o *advocacy journalism*, empregada nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha na segunda metade do século XX. Refere-se à prática jornalística ou a um género de jornalismo que adopta um ponto de vista parcial com um propósito social ou político (César, 2012: 161).
- 69 A perspectiva do jornal implica a defesa de uma parte, de uma causa, mas também a crítica, a acção, a justiça social. A sua cultura e ideologia foram traçadas por Orlando Gonçalves em editoriais e notas da redacção publicadas entre 26 de Junho de 1963 e 26 de Janeiro de 1974. Em 1970, quando o jornal passou a ter distribuição nacional, proclamou que os princípios do jornal eram um programa e que contribuíam para uma imprensa

esclarecida, independente, informada que ajudasse as pessoas a terem uma visão mais correta do lugar na vida e na sociedade¹⁹.

- 70 Para enfrentar a censura, o jornal adoptou um conjunto de acções, de que se destacam as seguintes: (1) protesto contra cortes ou retenção de provas pela censura; (2) envio do mesmo texto a exame; (3) alegação de ignorância sobre o conteúdo das normas; (4) não envio de textos à censura; e (5) ocultação da publicação de textos cortados, mediante o envio a organismos oficiais de exemplares do jornal em que os cortes eram respeitados.
- 71 A título de exemplo, numa amostra aleatória de 68 provas de censura²⁰, o resultado da acção do *Notícias da Amadora*, no que se referia quer a provas retidas e cortadas quer à sua estratégia transgressora, traduziu-se em 48 textos publicados e 20 proibidos.
- 72 De um total de 34 provas suspensas, apenas cinco não foram publicadas, enquanto que de 13 provas cortadas na íntegra só em duas foi mantida a proibição. Das suspensas, 13 foram publicadas sem cortes e o mesmo sucedeu a cinco cuja decisão mereceu o protesto do jornal.
- 73 A outra acção transgressora, traduzida em envios duplicados à censura do mesmo texto, na mesma semana ou em períodos desfasados, resultou na autorização de cinco peças jornalísticas e na proibição de sete.

Conclusão

- 74 A incerteza era uma constante que acompanhava o autor sujeito a escrever para o censor. Gerava primeiro angústia surda e depois raiva explosiva quando a imprevisibilidade de fazer chegar a mensagem ao destinatário se transformava em corte definitivo. Além do prejuízo para o jornalista e para a empresa, eram defraudadas as expectativas de fontes e leitores.
- 75 A intervenção censória determinava uma distribuição desigual da informação e cerceava o conhecimento. Os jornalistas, os censores e ainda os quadros do aparelho do regime tinham acesso à informação pré-censurada, enquanto a generalidade dos cidadãos apenas tomavam contacto com a informação publicada, por graus de acesso ao conhecimento que variavam entre o que era autorizado e o que restava após amputação.
- 76 O *Notícias da Amadora* assumia-se como D. Quixote de papel, insubmisso e determinado a transformar a informação em conhecimento. Enfrentava riscos e assumia o pesado tributo acrescentado pelo confisco pecuniário da taxa de censura. A sua acção comunicacional traduzia-se na inscrição da palavra e de temas em agenda num confronto explícito com a ordem informativa do salazarismo.
- 77 Pelo contrário, a elite jornalística e os donos dos jornais, face ao custo financeiro da censura e, em alguns casos, por adesão ideológica, acolheram a delegação parcial de funções censórias, o que determinou uma maior eficiência da censura, como resultado do processo de optimização, a que se somou o processo de internalização da censura, gerador de menor acumulação de capital simbólico. Criaram dessa forma um efeito vicioso de maximização do consentimento, com a consequente incapacidade de inscrição dos factos da vida.
- 78 A relação estabelecida com fontes e leitores, cultivada pelo jornal no contexto de combate oposicionista ao regime, conferiu ao *Notícias da Amadora* o apoio indispensável ao

cumprimento do serviço público que lhe incumbia. Os leitores justificavam o jornal e a eles se destinava o conhecimento inscrito no espaço público.

Caixa

79 **Fotos não eram submetidas à censura**

80 **Photos weren't submitted to censorship**

81 O *Notícias da Amadora* assumiu como prática não submeter à censura as imagens que publicava; prática que está documentada na troca de correspondência com os Serviços de Censura de Lisboa. A posição era manifesta, mas não assumida explicitamente. A direcção do jornal limitava-se a justificar o incumprimento, quando a isso era compelida, alegando desconhecimento da obrigação.

82 A desobediência, a transgressão e o protesto constituíram traços de uma estratégia adoptada na relação com o aparelho de coerção. No caso das imagens, é provável que além da intenção de as editar sem a sujeição à censura, estivesse também associado o cálculo do custo de eventuais cortes. Para a impressão tipográfica, as imagens tinham de ser reproduzidas em zincogravura, o que era executado numa oficina externa, com um custo acrescido.

83 Desde que Orlando Gonçalves assumiu a responsabilidade pelo jornal, em 1963, as fotografias, ilustrações e cartoons nunca foram enviados à censura por iniciativa própria. Mas houve casos em que as imagens foram solicitadas pelos Serviços de Censura. O Guarda Ricardo, da autoria de SAM, nasceu nas páginas do *Notícias da Amadora* e nunca foi censurado. Primeiro, nasceu a figura do guarda, a 13 de Março de 1971, e o primeiro cartoon com o nome de Guarda Ricardo foi publicado a 27 de maio do mesmo ano.

84 Décadas de ditadura tinham remetido o jornalismo para o limbo e a alguns dos jornalistas, como era o caso dos da imprensa regional, não lhes era sequer reconhecido o estatuto profissional. Vivia-se um estado de incerteza que era, para uns, o lugar de rotina e acomodação e, para outros, o campo de inscrição da palavra. Nos anos 60, com a entrada de uma nova geração na profissão, mais politizada, desenvolveram-se acções tendentes a restituir ao jornalismo a sua função social e cívica.

85 Data de 16 de agosto de 1963 o início da correspondência dos Serviços de Censura sobre o exame das imagens. Oficiaram o jornal devido à publicação de uma gravura de Cipriano Dourado, a qual ilustrava o conto “Foi o calor”, da autoria de Orlando Gonçalves [*Notícias da Amadora* (N. A.), n.º 117, 10 de agosto de 1963: 3].

86 O censor instou o jornal a “enviar à censura prévia todas as gravuras que [pretendesse] publicar, de índole idêntica à que foi referida” (ofício citado em César, 2012: 194). Logo a seguir, na edição 119 (N. A., 24 de agosto de 1963), ocorreu outra desobediência.

87 O ofício dos Serviços de Censura imputava ao jornal a publicação de “fotogravuras que estes serviços mandaram vir para apreciação e foram ‘cortadas’”, as quais respeitavam a uma peça sobre as barracas de Algés. Mas o director dos Serviços de Censura, em ofício datado de 10 de Setembro 1963, atendeu “às circunstâncias transmitidas por telefone” e a “falta” foi relevada. Não deixou, porém, de aproveitar a oportunidade para dizer: “Os títulos do artigo acerca das barracas são, pelo seu tamanho e disposição, inconvenientes e, por isso, convirá de futuro, serem enviados à censura os títulos das provas como é o usual procedimento dos jornais diários – sobretudo os que dizem respeito a assuntos de

natureza política, social ou por qualquer modo se refiram a segurança nacional”. Todavia, essa determinação também não foi levada à letra.

- 88 Além da apresentação de uma justificação, as faltas deste tipo não tiveram outras consequências. Em 1970, Orlando Gonçalves justificou outro incumprimento, escrevendo que a fotografia “não acompanhou as provas a que dizia respeito por tal prática não nos ter sido, até hoje, recomendada” (citado em César, 2012: 195).
- 89 Tratava-se de uma fotografia de Lenine (N. A., n.º 451, 25 de Abril de 1970) sem ser visada pela censura. O director dos Serviços de Censura deu-se por satisfeito e mandou arquivar o processo. Mas aproveitou para informar que mantinha a determinação do seu “ofício de referência, quanto à obrigatoriedade de envio a estes serviços de todas as fotografias que pertençam aos respectivos artigos a publicar”.
- 90 O mesmo não aconteceu com outras faltas detectadas. Em 1965 (N. A., n.º 212, 26 de Junho de 1965), o jornal publicou uma notícia de última hora sobre o desacato provocado por legionários, no decurso de uma festa organizada na Amadora pela Junta de Freguesia e pelo Movimento Nacional Feminino, que não foi enviada à censura. Orlando Gonçalves atribuiu a falta de envio a um erro na comunicação com a tipografia.
- 91 Os Serviços de Censura consideraram-na “uma falta de cuidado indesculpável”. Além dos motivos alegados não os convencerem, acreditavam que, “ao ditar a notícia, parece que a intenção era a de ser publicada. E foi, mas sem ter sido submetida a censura previamente”. O despacho do director traduziu-se na aplicação de uma multa de 300 escudos, acrescida do adicional de 25 por cento (total: 375\$) (César, 2012: 192).
- 92 Um outro caso, a publicação do artigo “Mercenários no Congo”, ocorrido em 1967 (N. A., n.º 316, 12 de agosto de 1967), motivou a pena de suspensão do jornal por dois números. O director dos Serviços de Censura determinou também que o jornal não podia “fundamentar na penalidade sofrida qualquer notícia que [pretendesse] publicar para justificar a sua falta de publicação” (ofício de 1 de Setembro de 1967).
- 93 Este tipo de sanções alertou para a existência de uma censura *a posteriori*, que era exercida informalmente por instituições do Estado e da Igreja Católica, entre outras, e que junto da censura a instavam a actuar com maior severidade, denunciando os prevaricadores. Tal vigilância determinou que o jornal adoptasse cuidados redobrados, designadamente, o envio de exemplares sem as peças em causa (cortadas ou não submetidas a exame) às entidades oficiais.
- 94 Em casos em que não houvesse vigilância repressiva suplementar, as notícias ou imagens não submetidas à censura passavam despercebidas. Os censores limitavam-se a verificar se os cortes ou as proibições de peças tinham sido respeitados. A ausência de provas de fotografia censuradas induzia que tinham sido autorizadas.
- 95 No arquivo de provas censuradas do *Notícias da Amadora* só há registo de três casos em que a censura solicitou o envio das fotografias e desses apenas a prova de dois deles. Em qualquer dos casos, o pedido deveu-se à menção da fotografia no texto.
- 96 O primeiro caso refere-se à reportagem do I Festival Internacional de Jazz de Cascais (“Jazz para quinze mil sob um tecto de esferovite”, N. A., n.º 532, 27 de Novembro de 1971). O texto foi autorizado com cortes e o censor escreveu na prova: “É necessário enviar a fotografia à Censura”. O autor da reportagem, que assinou com as iniciais G. J., escreveu que “a fotografia fala por si”. Uma fotografia da multidão apinhada, da autoria de Eduardo Gageiro (César, 2012: 247).

- 97 A segunda fotografia solicitada pela Censura foi proibida. A peça reportava-se à cobertura de uma conferência de imprensa promovida pela presidente do Movimento Nacional Feminino (MNF), “Sr.ª D. Cecília Supico Pinto, vulgo ‘Cilinha’ (na foto)” (“Entre nós: ‘Por Deus e pela Pátria’”, N. A., n.º 600, 17 de Março de 1973). Foi cortado “vulgo ‘Cilinha’”, assim como proibida a fotografia.
- 98 A terceira fotografia esteve proibida, tal como o texto a que se destinava. Assinalava o Dia Mundial do Teatro (N. A., n.º 602, 31 de Março de 1973), que os organismos oficiais ignoravam, mas que era festejado por grupos amadores. A fotografia mostrava a sessão das I Jornadas de Teatro Amador.
- 99 A recusa de envio de fotografias à censura teve efeitos positivos, sem outras consequências que não fosse engordar o cadastro do jornal. A publicação de algumas fotografias suscitava surpresa noutros meios de comunicação social. A *Seara Nova* foi um deles. Viu publicadas no *Notícias da Amadora* fotografias proibidas na revista. Um desses casos era de fotografias da UNESCO que denunciavam a violação dos direitos humanos. Fotografias impressionantes de escravatura e fome.
- 100 A atitude do jornal tornou públicas fotografias da manifestação de jovens contra o concurso das misses, organizada em 1972, frente ao Casino do Estoril. Uma dessas fotografias foi reproduzida na primeira página do jornal (N. A., 1 de Julho de 1972). Permitiu ainda a publicação de fotografias do 3.º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973) ou da campanha eleitoral para as legislativas de 1973, em que foram mostradas assistências maioritariamente jovens, como são os casos das sessões da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa (“Uma campanha eleitoral não-eleitoralista”, N. A., n.º 630, 13 de Outubro de 1973), e na Marinha Grande (N. A., n.º 631, 20 de Outubro de 1973).
- 101 O *Notícias da Amadora* contribuiu com esta função manifesta para mostrar imagens do país e do mundo, que teve o efeito de as inscrever no espaço público.
-

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, M. de (1969). O jornal, o jornalista e a função formativa da imprensa. In: *II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos* (Volume I). Lisboa: Seara Nova: 111-117.
- Berger, A. A. (2000). *Media and Communication Research Methods. An Introduction to Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In: Benson, R. e Neveu, E. (org.). *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press: 29-47.
- Bourdieu, P. (2006). *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras Editores.
-

- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.
- Calhoun, C. (2002). *Pierre Bourdieu in Context*. Universidade de Nova Iorque e Universidade Pensilvânia. [Internet] Disponível em <www.nyu.edu/classes/bkg/objects/calhoun.doc> [Consult. 9 de Novembro de 2015].
- Carvalho, A. A. de e Cardoso, A. Monteiro (1971). *Da Liberdade de Imprensa*. Lisboa: Editora Meridiano.
- César, O. (2014a). *Notícias da Amadora: Intervir pela palavra na «luta a favor dos outros»*. *Nova Síntese*, 9: 211-234.
- César, O. (2014b). *Notícias da Amadora: Golpes de censura atingem «leitores especiais»*. *Jornalismo & Jornalistas*, (57): 52-56.
- César, O. (2014c). *Notícias da Amadora: estratégias de enfrentamento da censura e desobediência civil*. In: Cabrera, A. e Costa, C. C. (coord.), *Actas Congresso Internacional sobre Censura ao Cinema e ao Teatro*. Lisboa: CIMJ - Centro de Investigação Media e Jornalismo: 184-201.
- César, O. (2013). *A ordem informativa do salazarismo e o agir jornalístico do Notícias da Amadora*. *Media & Jornalismo*, 12 (23): 189-217.
- César, O. (2012). *O Agir Jornalístico face à Censura. O Caso do Notícias da Amadora*, 2 v. Tese de doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.
- César, O. (2001-2004). *Censura 16, Notícias da Amadora, Inéditos de Arquivo de Censura (1958-1974)*. Investigação, direcção dos cadernos mensais Censura 16 e autoria dos textos de análise e enquadramento de 39 dos 40 números publicados. Disponível em Casa Comum, Arquivos > Notícias da Amadora/Orlando César > Censura Notícias da Amadora: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3976
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1980). *A Política de Informação no Regime Fascista*. Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, vol. 1.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e Verdade. Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Costa Dias, L. A. (2006). “por força da... força”. A fascização da censura entre o advento da Ditadura Militar e a construção do Estado Novo. In: Pita, A. P., Garcia, J. L., Costa Dias, L. A. e Granjo, P. *4 Olhares sobre a Cultura*. Barreiro: Cooperativa Cultural Popular Barreirense: 43-68.
- Doob, L. W. (1950). Goebbels' Principles of Propaganda. *The Public Opinion Quarterly*, 14 (3): 419-442.
- Ferro, A. (2003). *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Forte, I. (2000). *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Hallin, D. C. e Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lippman, W. (2003). *Public Opinion*. University of Virginia American Studies, Program 2002-2003. Tagged in HTML November, 2003. Disponível em: [<http://xroads.virginia.edu/~Hyper2/CDFinal/Lippman/cover.html>].
- Machado, J. E. M. (2002). *Liberdade de Expressão. Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Martins, H. (1998). *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- McLuhan, M. (2008). *Compreender os Meios de Comunicação. Extensões do Homem*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Mouzelis, N. (2007). Habitus and reflexivity: Restructuring Bourdieu's theory of practice. *Sociological Research Online*, Vol. 12, 6. [Internet] Disponível em <<http://www.socresonline.org.uk/12/6/9.html>> [Consult. 18 de Julho de 2012].
- Paquete de Oliveira, J. M. (1988). *Formas de “censura oculta” na imprensa escrita em Portugal no pós 25 de Abril, (1974-1987)*, 2 v. Tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia da Comunicação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Pires, J. C. (1999). Técnica do golpe de censura. In: Pires, J. C., *E agora, José?* Lisboa: Publicações Dom Quixote: 161-197.
- Príncipe, C. (1994). *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Quéré, L. (1982). *Des Miroirs Equivoques. Aux Origines de la Communication Moderne*. Paris: Aubier Montaigne.
- Rego, R. (1969). Censura administrativa à imprensa. In: *II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos*, (Volume I.) Lisboa: Seara Nova: 161-178.
- Salazar, A. O. (1959). *Discursos e Notas Políticas, vol. III (1938-1943)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1961, 5ª edição). *Discursos, vol. I (1928-1934)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Vasconcelos, J. C. de (1972). *Lei de Imprensa, Liberdade de Imprensa*. Lisboa: Prelo Editora.
- Veríssimo, H. Â. (2003). *Os Jornalistas nos Anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Wacquand, L. (2004). Esclarecer o Habitus. *Sociologia*, nº 14: 35-41.

NOTAS

1. O *Notícias da Amadora* foi fundado por António de Jesus, a 25 de Outubro de 1958. Teve três directores (A. Conceição e Silva, Domiciano Pires Valente e Domingos Janeiro), antes de Orlando Gonçalves ter assumido a direcção, a 26 de Junho de 1963. Orlando Gonçalves manteve-se na direcção do jornal até à data da sua morte, em 1994. A sua permanência no cargo e a linha editorial traçada foram vitais para moldar a identidade e a cultura editorial e para manter o projecto com diferentes equipas de jornalistas e colaboradores ao longo dos anos. A evolução foi gradual e, a 27 de Junho de 1970, o *Notícias da Amadora* passou a dispor de oficinas gráficas próprias e a ter distribuição nacional nas bancas de jornais. Estavam criadas as condições para aumentar o número de páginas e a tiragem. Cresceu de 400 para 7000 assinantes, entre 1963 e 1973, com uma tiragem de 15 mil exemplares.
2. César, Orlando (2001-2004). Censura 16, *Notícias da Amadora*, Inéditos de Arquivo de Censura (1958-1974). Investigação, direcção dos cadernos mensais Censura 16 e autoria dos textos de análise e enquadramento de 39 dos 40 números publicados. Disponível em Casa Comum, Arquivos > *Notícias da Amadora/Orlando César* > Censura *Notícias da Amadora*: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3976
3. César, Orlando (2014a). *Notícias da Amadora*: Intervir pela palavra na “luta a favor dos outros”. *Nova Síntese*, 9, pp. 211-234, Lisboa: Edições Colibri.
4. José Carlos de Vasconcelos comparou em 1972 o procedimento da censura portuguesa com o *Guia do Perfeito Censor*, obra que reúne as indicações do Papa Alexandre VI.
5. O texto ensaístico “Técnica do golpe de censura” foi publicado simultaneamente na revista *Índex* (Londres) e *Esprit* (Paris), em Setembro de 1972. Em Dezembro do mesmo ano, parte

substancial do ensaio foi divulgado em *Cuadernos para el Diálogo* (Madrid) e no jornal *Die Zeit* (Hamburgo). O texto foi publicado em Portugal pela primeira vez em 1999, acrescido de um *post-scriptum*.

6. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), Direcção Geral de Segurança (DGS), Polícia de Segurança Pública (PSP); Secretariado de Propaganda Nacional (SNP), Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT).

7. O artigo de Leonard W. Doob procede à análise dos manuscritos sobre propaganda ditados por Goebbels e que foram confiscados pelos norte-americanos em Berlim, em 1945.

8. Em duas entrevistas que concedeu a Ferro, Salazar expôs o seu pensamento sobre a censura e a liberdade: *Na fronteira das ideias* (1932) e *Salazar princípio e fim* (1938), in Ferro, António (2003). *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, pp. 31-46 e 149-193, respectivamente.

9. A declaração de Salazar foi proferida numa entrevista a *O Século*, publicada a 31 de agosto de 1961 e citada por Pires (1999).

10. A frase entre parêntesis retos foi cortada pela censura.

11. Resposta de Carlos de Oliveira a um estudante de literatura durante a apresentação do seu livro. In *O Aprendiz de Feiticeiro: O escritor e o povo* num livro de Carlos de Oliveira. *Notícias da Amadora*, n.º 499, de 10 de Abril de 1971.

12. Uma colectânea sobre a legislação produzida entre 1910 e 1969 foi compilada por António Borges Coutinho e integrada como apêndice à obra editada por Arons de Carvalho e António Monteiro Cardoso, em 1971. Parte do acervo que regulou a “censura político-administrativa” (Machado, 2002) foi reproduzida pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, designadamente nos volumes dedicados à política de informação no regime fascista, editados na década de 80 pela Presidência do Conselho de Ministros.

13. Funções atribuídas ao Conselho de Imprensa, o qual foi criado pelo Decreto-lei 34.133, de 24 de Novembro de 1944, que organizou os serviços do SNI.

14. Expressão usada por Salazar para classificar os jornais que se opunham à sua política.

15. O estudo de Paquete de Oliveira integra a sua tese de doutoramento em Sociologia da Comunicação. Nela procede a uma análise à censura no Portugal de Salazar e às formas de “censura oculta” na imprensa portuguesa, entre 1974 e 1987. No inquérito de Fevereiro de 1973, o *Comércio do Funchal* é o outro caso notável de resistência. *Notícias da Amadora*, *Comércio do Funchal* e *República* são considerados como aqueles que estavam “nitidamente demarcados como os únicos jornais portugueses de ‘oposição’ ao governo” (Paquete de Oliveira, 1988: 184) e como “os mais ‘responsabilizados’ frente aos problemas nacionais”. O inquérito foi aplicado aos directores dos seguintes 12 jornais: *A Capital*, *Época*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal de Comércio*, *Novidades*, *Comércio do Porto*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Funchal*, *Notícias da Amadora*.

16. Determinações inscritas na ficha de Orlando Gonçalves na PIDE [Arquivo PIDE, Torre do Tombo].

17. Domingos Janeiro figurou nominalmente como director até 12 de maio de 1973. João Lopes Vilhena figurou nominalmente como proprietário até 27 de maio de 1972 e como editor até 23 de maio de 1972.

18. Diretor, *Notícias da Amadora*, n.º 610, de 26 de maio de 1973.

19. *Notícias da Amadora*, n.º 459, de 27 de Junho de 1970.

20. O arquivo de provas de censura do *Notícias da Amadora*, cortadas parcial ou integralmente, é constituído por 2776 peças jornalísticas de diferentes géneros e 397 notícias breves, que se referem a 516 edições.

RESUMOS

O contributo do salazarismo representou a construção de uma realidade mistificada, com a cumplicidade ou a conivência acomodada de parte dos *media*. Propaganda e censura eram partes integrantes de um ecossistema que moldava a percepção que se formava da sociedade e do país. No artigo, aborda-se a ordem informativa do salazarismo, assim como os mecanismos de coerção da ditadura destinados à internalização da censura por parte dos meios e dos jornalistas. O *Notícias da Amadora* – um semanário que evoluiu do território local e ganhou expansão nacional – rompeu as malhas coercitivas e desenvolveu com as fontes e com os leitores uma acção de oposição à ditadura. Adoptou estratégias várias de desobediência e transgressão do aparato normativo do regime e enfrentou riscos, que incluíam a não sujeição de textos e imagens à censura, para inscrever os factos no espaço público.

The contribution of salazarism represented the construction of a mystified reality, with complicity or connivance accommodated by the media. Propaganda and censorship were integral parts of an ecosystem that shaped the perception that was formed of society and the country. The article addresses the informative order of salazarism, as well as the mechanisms of coercion of the dictatorship aimed at the internalisation of censorship by the media and journalists. *Notícias da Amadora* – a weekly newspaper that evolved from the local territory and gained national expansion – broke the coercive meshes and developed with the sources and readers an action of opposition to the dictatorship. This newspaper adopted various strategies of disobedience and transgression of the normative apparatus of the regime and faced risks, which included not subjecting texts and images to censorship, to inscribe the facts in the public space.

ÍNDICE

Palavras-chave: censura, ecossistema, oposição, propaganda, salazarismo

Keywords: censorship, ecosystem, opposition, propaganda, salazarism

AUTOR

ORLANDO CÉSAR

Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Setúbal
Campus do Instituto Politécnico de Setúbal
Estefanilha
2914-504 Setúbal
orlando.cesar@netcabo.pt